

Orcamento

# A Toque de Caixa

O país tem todo o direito de reagir com espanto à votação, em sete minutos e em clima de espertezas, do orçamento da União para 1989. Espanto e decepção só podem aumentar quando se pensa que esta votação, no Congresso, deveria inaugurar um novo período

Durante anos e anos, o Executivo decidiu sozinho o que fazer com os dinheiros públicos, manipulando a arma do decreto-lei. A ratificação do orçamento, pelo Congresso, era uma formalidade.

Faz-se uma nova Constituição; devolve-se ao Congresso a prerrogativa de discutir o orçamento — isto é, de esmiuçar o que vai ser feito, no ano seguinte, com o dinheiro do contribuinte. Que faz o Congresso? Realiza uma daquelas votações que notabilizaram tristemente assembleias menores, e cujo objetivo é não discutir coisa nenhuma, e passar tudo por debaixo do pano.

Dir-se-á que tudo foi feito de acordo com o regulamento. Foi o que argumentou o presidente da Mesa, interpelado por um deputado que contestava com veemência o processo de votar em surdina — e a toque de caixa. O deputado José Serra gostaria de ter podido discutir a questão polêmica da ferrovia Norte-Sul, que a votação-relâmpago beneficiou.

“Jacaré que cochila vira bolsa de madame” — foi a resposta do presidente da Mesa, Cid Carvalho, à acusação de imoralidade. Como chiste, pode ser engraçado. Mas é nesse plano que se discute o orçamento da União para o ano seguinte?

O orçamento familiar de cada brasileiro é,

hoje, um sofrido assunto. O brasileiro tem de lutar como um forçado para resistir aos assaltos da inflação e ainda arranjar dinheiro para pagar ao Fisco. Com este suadíssimo dinheiro é que a União proverá aos seus encargos.

Pois é esta suadíssima poupança que acaba de ser tratada, por um punhado de congressistas, como se fosse um botim de piratas, algo que se disputa na ponta da faca ou a golpes de esperteza.

Impossibilitou-se, com espertezas regimentais, a discussão do assunto. Passaram, assim, em julgado assuntos polêmicos como o da ferrovia Norte-Sul. Pior ainda: remanejaram-se verbas de maneira a ressuscitar fantasmas que a Operação Desmonte do Ministro do Planejamento tinha condenado à desparição — siglas como Embrapa, Embrater, IBC; pólipos burocráticos que ultrapassaram de muito o seu tempo de vida útil ou pelo menos suportável.

Um assunto da maior seriedade, que o Congresso ia discutir pela primeira vez em muitos anos, foi transformado num pequeno triunfo de espertos. Que pensará disso a opinião pública? Ela tinha acabado de votar contra esses maus hábitos numa eleição em que ficou clara a exigência por uma nova moralidade. Onde fica a dignidade do Congresso? Trata-se de um adereço inútil?

Uma democracia que mereça respeito não pode ser construída em cima de pequenas rasteiras. Estarão os congressistas cegos e surdos para as modificações climáticas ao seu redor?